

ELÓI MARTINS SENHORAS
(ORGANIZADOR)

CIÊNCIA POLÍTICA:

PERSPECTIVAS TEMÁTICAS

 **Atena**
Editora

Ano 2021

ELÓI MARTINS SENHORAS
(ORGANIZADOR)

CIÊNCIA POLÍTICA:

PERSPECTIVAS TEMÁTICAS

Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremona

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciência política: perspectivas temáticas

Diagramação: Gabriel Motomu Teshima
Correção: Bruno Oliveira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciência política: perspectivas temáticas / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-751-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.519210612>

1. Ciência política. I. Senhoras, Elói Martins
(Organizador). II. Título.

CDD 320

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Na evolução histórica da humanidade, a política sempre se materializou como uma ideia e uma matéria imanente ao viver e às relações de poder desde os primeiros grupos sociais descentralizados até se chegar à conformação de estruturas de poder centralizadas nas relações intra e inter-nacionais.

Como uma construção histórica das realidades sociais e como objeto de discussões que partem da Filosofia e que vão se ampliando com a evolução de teorias e debates no campo epistemológico da Ciência Política, a política e, por conseguinte, as relações de poder, passam a adquirir novas facetas temáticas e crescentes complexidades em escopo e escala.

Partindo do atual contexto de crescente complexidade em termos de oportunidades e desafios, o objetivo desta obra é ampliar os debates temáticos e com enfoque pluralístico, fundamentando-se em um trabalho coletivo de autores brasileiros e estrangeiros que valorizam a riqueza das análises empíricas e teóricas sobre a realidade desde o contexto local das subjetividades até a dimensão global de poder das relações internacionais.

O presente livro oferece uma coletânea de estudos teóricos e empíricos, os quais valorizam de modo combinado a diversidade do pensamento e a pluralidade epistemológica do campo das Ciências Políticas para a análise de distintos temas com relevância conjuntural na periodização atual.

Estruturado em 6 capítulos, este livro, traz relevantes debates ao pensamento político, por meio de discussões multitemáticas sobre o poder desde os prismas subjetivos das relações sociais até as óticas objetivas de institucionalidade, permitindo assim a apreensão de distintos paradigmas teóricos para a interpretação da realidade cada vez mais complexa e fluida.

A natureza exploratória, descritiva e explicativa dos capítulos fundamenta-se em uma abordagem qualitativa e na utilização do método dedutivo, permitindo ao seletivo grupo de pesquisadores analisar diferentes temas a partir de abordagens teórico-conceituais específicas, resultando assim em um debate plural para o campo das Ciências Políticas.

Em função das discussões temáticas apresentadas, esta obra é indicada para um amplo público leitor, composto, tanto por leigos no campo das Ciências Políticas, quanto por acadêmicos, especialistas ou atores políticos, justamente ao conciliar teoria e prática a partir de uma didática abordagem sobre fatos relevantes na atualidade.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
OPORTUNIDADES Y RETOS: ESTRUCTURAS ORGANIZATIVAS, MODELOS DE ACTIVISMO Y RELACIONES DE PODER DESDE LOS FEMINISMOS	
Nerea Blanco-Aramendia Andere Ormazabal Gaston	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5192106121	
CAPÍTULO 2	14
VALORIZAÇÃO DO PROFISSIONALISMO POLICIAL DOCENTE NA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	
Ana Luíza Almeida Andrade Conceição de Maria Cardoso Costa Renata Guilhões Barros Santos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5192106122	
CAPÍTULO 3	28
GOBIERNO ABIERTO: UNA OPCIÓN DE POLÍTICA PÚBLICA PARA EL DESARROLLO EN LOS GOBIERNOS LOCALES	
Miguel Angel Medina Romero Raúl Alberto Rodríguez Alvarado Alejandro Bustos Aguilar Rodrigo Ochoa Figueroa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5192106123	
CAPÍTULO 4	43
TRAMITAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DA PRODUÇÃO LEGAL EM LEGISLATIVOS ESTADUAIS	
Ananda Ridart Ribeiro Duarte Maria Dolores Lima da Silva Raimunda Eliene Sousa Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5192106124	
CAPÍTULO 5	56
O QUE A VEJA QUER QUE VOCÊ VEJA: UMA ANÁLISE SEMIÓTICA DAS CAPAS DE BOLSONARO ENTRE A CAMPANHA ELEITORAL DE 2018 E OS PRIMEIROS 5 MESES DE MANDATO	
Felippe Pimenta Rodrigues de Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5192106125	
CAPÍTULO 6	73
PRINCIPAIS PERSPECTIVAS DE REGIMES INTERNACIONAIS	
Virgilius de Albuquerque	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5192106126	
SOBRE O ORGANIZADOR	81

ÍNDICE REMISSIVO.....82

VALORIZAÇÃO DO PROFISSIONALISMO POLICIAL DOCENTE NA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

Data de aceite: 01/12/2021

Data de submissão: 03/09/2021

Ana Luíza Almeida Andrade

Polícia Civil do Distrito Federal

Conceição de Maria Cardoso Costa

Instituto Federal de Brasília

Renata Guilhões Barros Santos

Escola Superior de Polícia Civil

RESUMO: Este artigo propõe-se a refletir sobre as principais questões relacionadas ao exercício da docência no âmbito policial, a partir da ótica do profissionalismo. Foi estabelecido o seguinte problema: Como os preceitos do profissionalismo, um dos elementos de caracterização da Polícia Moderna, pode auxiliar na prática da docência do ensino policial? A fim de nortear essa pesquisa, foi traçado o objetivo de analisar os preceitos do profissionalismo como fundamento de uma prática docente eficiente no ensino policial na Escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal – ESPC. Adotou-se a pesquisa bibliográfica como metodologia de pesquisa para refletir sobre as práticas desenvolvidas nos Cursos de Progressão Funcional e de Formação Continuada, sendo que as pesquisas sobre textos, a priori remontam a publicações acadêmicas exíguas, coadunando com livros na área policial sobre conceitos gerais de Polícia Moderna, relacionando a textos que envolvam saberes docentes, para promoção de um saber docente policial. Identifica-se debate

na relação constituída entre os saberes docentes e os saberes profissionais no âmbito da Polícia Judiciária, tendo em vista a inserção gradual de Metodologias Ativas de Ensino- Aprendizagem Baseada em Problemas na ESPC. Algumas diretrizes educacionais, bem como alguns marcos normativos são destacados com a finalidade de valorizar o exercício da docência no âmbito da Polícia Civil do Distrito Federal, dentre os quais a Instrução Normativa nº 172/16, atualizada pela IN nº 195/2019, que regulamentou a remuneração aos policiais que atuam como professores e o processo de seleção de docentes com critérios baseados em competência técnica. Tais inovações apresentam uma perspectiva de mudança no ambiente educacional da PCDF. Nas considerações finais, constatou-se a tímida produção científica sobre o tema, o que sugere a necessidade aprofundamento de estudos referentes às contribuições do profissionalismo para o exercício da docência policial, para ao final produzir-se um conceito inicial do saber docente policial. São apresentados, ainda, alguns apontamentos para a otimização das práticas educacionais da Escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal.

PALAVRAS-CHAVE: Docente. Profissionalização. Saberes Docentes. Ensino. Policial.

VALORIZATION OF POLICE TEACHING PROFESSIONALISM IN THE CIVILIAN POLICE OF THE FEDERAL DISTRICT

ABSTRACT: This article proposes to reflect on the main issues related to the practice of teaching in the police sphere, from the point of

view of professionalism. The following problem was established: How can the precepts of professionalism, one of the characterization elements of the Modern Police, help in the practice of teaching police education? In order to guide this research, the objective was to analyze the precepts of professionalism as the foundation of an effective teaching practice in police teaching at the Superior School of Civil Police of the Federal District (ESPC). We adopted the bibliographical research as a research methodology to reflect on the practices developed in the Courses of Functional Progression and Continuing Education, and the research on texts, a priori, goes back to limited academic publications, in line with books in the police area on general concepts of Modern Police, relating to texts that involve teaching knowledge, to promote a police teaching knowledge. It identifies a debate in the relationship between the teaching knowledge and the professional knowledge within the scope of the Judiciary Police, in view of the gradual insertion of Active Teaching-Problem-Based Learning Methodologies in ESPC. Some educational guidelines, as well as some normative frameworks, are highlighted with the purpose of enhancing the practice of teaching in the scope of the Civil Police of the Federal District, among which Normative Instruction 172/16, updated by IN nº 195/2019, which regulated to the police who act as teachers and the process of selection of teachers with criteria based on technical competence. Such innovations present a perspective of change in the educational environment of PCDF. In the final considerations, it was noticed the timid scientific production on the subject, which suggests the need to deepen studies regarding the contributions of professionalism to the exercise of police teaching, in order to produce an initial concept of police teaching knowledge. Also presented are some notes for the optimization of educational practices of the School of Civil Police of the Federal District.

KEYWORDS: Teacher. Professionalism. Teacher Knowledge. Police. Officer.

1 | INTRODUÇÃO

A busca pelo conhecimento pode levar a locais nunca antes conhecidos. No caso em questão, a uma discussão sobre como valorizar o policial docente, preservando e fortalecendo o profissionalismo. Na Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) um dos pontos importante foi a promoção do curso de pós-graduação Lato Sensu em Segurança Pública, com ênfase na formação de tutores, preceptores e em pesquisa, para o Distrito Federal e Entorno, oferecido pela Escola Superior de Polícia Civil (ESPC-DF) em parceria com o Instituto Federal de Brasília (IFB) – Campus Ceilândia e a Fundação da Universidade Aberta de Brasília – FUNAB, iniciado no segundo semestre de 2018. Ressalte-se que a Academia de Polícia Civil, atualmente Escola Superior de Polícia Civil, sempre promove cursos de formação e qualificação de docentes em diversas áreas: Técnicas de Imobilização Policial (TIP), Técnicas Operacionais na Atividade Policial (TOAP), Tutoria e Curso de Formação de Docente em Aprendizagem Baseada em Problemas – 2014. Nesta perspectiva, e após a leitura do Projeto Pedagógico do Curso dos objetivos de cada um dos módulos e do edital de seleção de discentes, pode-se extrair que a ESPC/PCDF tem como uma de suas metas, ao promover o curso de pós graduação em Segurança Pública, que os policiais formados possam exercer com profissionalismo o papel de tutores, preceptores e pesquisadores.

Aliando-se a promoção de vários cursos voltados à formação do policial docente, a ESPC iniciou algumas ações no sentido da valorização da docência, destacando-se o pagamento de hora aula aos policiais. No ano de 2016, foi publicada Instrução Normativa nº 172/2016-PCDF, que, em síntese, regulamenta o processo de credenciamento para o exercício de encargos em cursos ou concursos da Escola Superior de Polícia Civil, que dispõe sobre o pagamento da gratificação conforme disposto no artigo 76-A, da Lei nº. 8.112/90, no âmbito da Polícia Civil do Distrito Federal, e dá outras providências. Essa regulamentação demonstra indubitavelmente que a instituição percebeu a necessidade proeminente em gratificar os seus docentes policiais.

Faz-se necessário entender o que é profissionalismo policial e onde surgiu o termo. Remonta-se ao entendimento do que seja o conceito de “polícia moderna”, trazido à baila por Bayley (2006) no seu livro Padrões de Policiamento: Uma Análise Internacional Comparativa. A caracterização da polícia moderna é estabelecida como aquela que possui um corpo profissional, especializado e de caráter público. Abarcando o conceito de profissionalização, afirma-se que a realização de funções exclusivas da atividade policial é uma preparação explícita da profissionalização (Bayley, 2006). Para o autor o tema passou a indicar um tipo de condição desejada, e não o alcance de atributos comportamentais. Uma racionalização no sentido de uma autoadministração consciente. A profissionalização leva em conta o recrutamento meritocrático, formalização do treinamento, evolução estruturada da carreira, a sistematização da disciplina e o trabalho em tempo integral.

No tocante ao corpo profissional, amplia-se o conceito visto que a profissionalização tem como um dos pontos a formalização do treinamento e como deve ser proporcionado àquele que ingressa nas fileiras de uma corporação com características tão peculiares. Daí, o porquê de falar-se em policial docente profissional. A compreensão de que o policial quando exerce a docência pode influenciar a formação inicial e continuada dos futuros policiais está correta, evidentemente quando aliado às propostas pedagógica e institucional, coadunando com as percepções da sociedade brasileira na melhoria da segurança pública, tornando uma formação profissional policial adequada.

As propostas institucionais de valorização docente, especificamente no tocante ao profissionalismo policial na ESPC, devem ser concatenadas com as melhores condições para que o ambiente educacional tenha sempre evolução e não regressão e para que seja estabelecido um modelo profissional na formação docente policial, tendo em vista que esses profissionais imbuídos na atividade fim podem aprender sobre a docência para que se estabeleça um saber docente policial.

Desta forma, essa pesquisa tem por objetivo analisar os preceitos do profissionalismo como fundamento de uma prática docente eficiente no ensino policial na Escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal – ESPC, buscando responder a seguinte questão: Como os preceitos do profissionalismo, um dos elementos de caracterização da Polícia Moderna, pode auxiliar na prática docente do ensino policial?

2 I PROFISSIONALISMO DO POLICIAL DOCENTE

A atual formação do policial, salvo algumas exceções, tem a conotação de moldar e não promover uma formação que garanta a interação com a sociedade civil estabelecida. Trata-se de policial formado com forte foco na reação e com pouco senso crítico.

A elaboração de currículos para formação inicial e continuada dos policiais necessita indubitavelmente de policiais docentes devidamente qualificados. Mas qual seriam as qualidades de ser um policial docente? Esse tema envolve uma grande quantidade de opiniões, na atual sociedade contemporânea.

A leitura da doutrina pátria sobre a formação docente, de acordo com Libâneo (2011) e Pimenta (2000) remetem à questão da articulação dos saberes docentes. Nesse diapasão, Libâneo (2011) afirma que a disciplina Didática é indispensável na formação do professor, pois desta forma articula os saberes específicos, da experiência e os pedagógicos. Nos cursos de Pós Graduação na área Educacional, notadamente na Docência do Ensino, constata-se que a Didática é disciplina presente, demonstrando que a formação do professor dialoga melhor com os saberes específicos, da experiência e pedagógicos. Explicam-se os saberes como alicerces, para promoção de entre teoria e prática, ou seja, teorias vinculadas aos problemas reais apresentados pela experiência cotidiana e a ação prática orientada.

Ser docente envolve saberes: específicos, experienciais, pedagógicos. Os saberes ditos específicos são os que o docente adquire na atividade no processo de formação, como os da formação policial em técnicas de imobilização policial, sendo que tais saberes são adquiridos com estudo, aprendizagem e pesquisa, conhecendo as técnicas de imobilização e a legislação pertinente. Aliam-se aos saberes específicos, têm-se também os pedagógicos e didáticos. Explicam-se os primeiros, momentos construídos em sala de aula no processo de aprendizagem, nos currículos e até na avaliação. Para Pimenta (2000) os saberes pedagógicos podem colaborar com a prática docente, quando forem mobilizados contextualizando com os problemas e com a prática.

De acordo com Tardif (2013), o saber do professor é um saber social que está em permanente reconstrução, incluindo um saber próprio para realizar o processo educativo das novas gerações e que precisam estar integrados à vivência individual e coletiva. Os professores reconstróem esses saberes no seu contexto de atuação com os educandos e mobilizam outros saberes incorporados, modificados e adaptados ao longo da sua história pessoal e profissional. Partindo desse entendimento, podemos adaptar conceito de saberes para a área policial, e principalmente no que concerne a investigação de polícia judiciária, como bem descreve Jacinto (2015, p. 55):

Os saberes que informam a atividade policial investigativa seguem dinâmica de raiz científica, nos mesmos moldes de outros ramos dos saberes científicos, cujos primórdios remontam a investigação criminal inaugurada por Hans Gross em 1893, identificado como o conjunto de teorias que se referem ao

Desta forma, concatenamos conceitos docentes, delimitando na área de Segurança Pública, promovendo um conceito aproximado dos operadores de segurança, aliando teoria e prática, mas com o escopo de produzir docentes com saberes policiais, e que no caso da Escola Superior de Polícia, trabalhando a atividade fim, que seja, atividade policial investigativa.

Quando temos um saber docente ligado à área do profissional a ser motivado, aproximamos a teoria da prática. Tornamos as qualificações educacionais atrativas e com maior eficiência, buscando o profissionalismo. No caso do policial, é preciso promover uma contextualização adequada para que o exercício da sua atividade seja o mais proveitoso e eficaz possível.

Surge então, nas pesquisas de docência policial o termo “profissionalismo policial” que vai além das condições de modelo tradicional de formação. Poncioni (2007) comenta que a falta de profissionalização provoca notoriamente a existência de estrutura burocrático-militar, levando a um famoso jargão policial, de que a atuação da polícia apenas “enxuga gelo”.

No conceito trazido à baila por De Luiz (1995) apud Poncioni (2007), contextualiza a questão profissional no campo privado, adaptando-se às concepções da segurança pública:

Os elementos das novas práticas de gestão que configuram o modelo da competência no mundo do trabalho são a valorização dos altos níveis de escolaridade nas normas de contratação; a valorização da mobilidade e do acompanhamento individualizado da carreira; novos critérios de avaliação que valorizam as competências relativas à mobilização do trabalhador e seu compromisso com a empresa; a instigação à formação contínua; e a desvalorização de antigos sistemas de hierarquização e classificação, ligando a carreira ao desempenho e à formação.

A profissionalização policial pode ser conceituada, aproveitando-se conceitos de Poncioni (2007) e Bayley(2007) como sendo:

A formação qualificada dos policiais, com incremento dos recursos humanos e materiais e a organização da formação profissional, como uma preparação explícita para realizar funções exclusivas da atividade policial, tornando-a instituição policial eficiente, responsável e efetiva na condução da ordem e segurança pública.

Consta-se que, a exigência de escolaridade para acesso aos cargos nos concursos públicos, passando de ensino médio para ensino superior, promoveu uma melhor qualificação acadêmica dos policiais e, por conseguinte dos docentes que atuarão nas escolas policiais. Fato este já adotado pela Polícia Federal e seguido por outras polícias civis estaduais. Nesse ponto, cabe uma indagação a ser feita: foi realizado algum estudo sobre a alteração de escolaridade na polícia? E o que proporcionaria no ambiente docente policial?

A imposição social quanto à melhoria do diploma acadêmico alcançou maior

relevância justamente a partir do ano 2003, quando o Brasil experimentou um aumento significativo no número de instituições de ensino superior, conforme demonstra o sistema de credenciamento no Ministério da Educação, apresentando indicadores superiores a qualquer outro período anterior. Percebe-se também aumento das instituições particulares, cabendo a seguinte reflexão, segundo Sampaio (2005) para que a IES privadas mantenham sua posição no mercado foi imprescindível implantar políticas para a qualificação do pessoal docente e melhorias na estrutura didática e pedagógica, o que demonstra que o docente no nível superior deve sempre estar devidamente qualificado. Alia-se, também que a tecnologia e sua atualização acelerada também provocaram a necessidade de adequações e a exigência de novos perfis de contratação para empresas e órgãos públicos, não sendo diferente da atividade policial.

Retornando ao ponto central do profissionalismo policial docente, e que vai além do tradicional modelo implantado nas escolas policiais, Poncioni (2007), indica pontos para melhorar a compreensão sobre o tema:

Acrescente-se, também, que tanto a Polícia Militar quanto a Polícia Civil no Brasil não possuem um corpo de docentes inteiramente dedicados ao ensino. Os professores dos cursos de formação profissional básica, oferecidos por ambas as organizações são, majoritariamente, policiais advindos da própria Corporação, os quais, além de acumularem a atividade docente com outras atividades próprias ao cargo prioritariamente exercido na corporação, não possuem necessariamente uma formação pedagógica adaptada à função.

A análise desses pontos demonstra as concepções vivenciadas no ambiente educacional da Polícia Civil do Distrito Federal, com base na legislação institucional produzida, ou seja, instruções normativas resumem-se ao regime escolar da ESPC e ao pagamento de encargo de curso e concurso na instituição.

Os policiais que se dedicam à atividade docente na Polícia Civil do DF, o fazem na maioria das vezes, por dedicação própria, pois não há incentivo da organização em promover a qualificação profissional, salvo quando autorizam licença capacitação para cursos que são custeados pelo próprio servidor. Quando custeados pelo erário (exceção) o servidor assina termo de compromisso prevendo repasse dos conhecimentos adquiridos como forma de compensar o investimento.

Como ponto comparativo, pode-se indicar que a profissionalização do docente policial da Polícia Civil poderia contar com cursos de especialização voltados especificamente a docência. Nesta seara, apenas como indicados, podemos citar que na Polícia Militar do Distrito Federal e seu Instituto de Ciências Policiais, por exemplo, ofertam no seu portfólio de cursos a “Docência do Ensino Superior” na modalidade presencial, com 400 h/a, e que pretende especializar profissionais de todas as áreas do conhecimento, objetivando a docência, especificamente a superior:

Especificamente, objetiva credenciar graduados dos diversos cursos superiores para o exercício da docência na Educação Superior, oferecendo

uma cuidadosa preparação pedagógica para uma atuação de melhor qualidade no mercado, procura construir coletivamente conhecimentos que possibilitem o desenvolvimento de valores, competências, habilidades e capacidades que promovam um exercício profissional crítico-reflexivo, além de proporcionar o aprofundamento dos conhecimentos relativos a instrumentos teórico-metodológicos para o exercício de atividades organizacionais e gerenciais do processo educativo. (Fonte site ICSP/PMDF acesso em 10.06.2019)

O ponto final apresentado destaca a discussão sobre pagamento aos policiais que exercem a docência na instituição. No contexto histórico, até o ano de 2016, na Polícia Civil do Distrito Federal, o docente era remunerado apenas no Curso de Formação Inicial, tendo em vista tratar-se de uma das fases do curso, sendo custeado totalmente pela empresa responsável pelo concurso público. Tal situação gerava um ponto bastante controverso, tendo em vista que alguns policiais ministravam aula no horário de trabalho, recebendo do erário e de uma empresa privada. Foi nesse contexto que surgiu a IN nº 172/2016, atualizada pela IN 195/2019, para normatizar o pagamento pelo Poder Público e estabelecer regras de credenciamento para o exercício da atividade docente e correlata na PCDF.

3 I SELEÇÃO DOCENTE NO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO NA ESPC 2018

A Escola Superior da Polícia Civil do Distrito Federal está reformulando sua metodologia tradicional de ensino, com a inserção gradual de Metodologias Ativas de Ensino como a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP). Um exemplo dessa mudança é a oferta do Curso de Especialização *Lato Sensu* em Segurança Pública com ênfase em Formação de Tutores e Preceptores e Pesquisa para o Distrito Federal e Entorno.

O curso de pós-graduação *lato sensu* foi concebido em 05(cinco) módulos, sendo que o primeiro módulo “Metodologias de Ensino e Pesquisa para a Segurança Pública” tem como proposta geral de:

Entendimento de que a tarefa de discutir formação policial implica na reflexão sobre princípios basilares da educação, sobre processos de ensino e aprendizagem, sobre o desenvolvimento de competências, sobre os fundamentos da ação docente, sobre processos e objetivos da avaliação educacional, bem como sobre metodologias e técnicas de ensino apropriadas à sua atividade finalística. (PPC, 2018 p. 07).

Preliminarmente, o curso torna-se um diferencial na formação qualificada dos policiais civis do distrito federal, mas não é algo inédito, no sentido da oferta de curso de pós- graduação. Alguns cursos de progressão funcional e formação inicial para carreira policial civil tiveram o nível de especialização, mas sempre de forma inexpressiva, diante do quantitativo dos servidores da Polícia Civil do DF.

Ainda com a preocupação de analisar a seleção de docentes baseada em critérios técnicos de qualificação profissional, bem como de avaliar o profissionalismo docente, buscou-se localizar o edital de seleção de professores para o 1º Curso de Pós Graduação

em Segurança Pública.

Por tratar-se da primeira turma de especialização utilizando metodologia ABP, e da necessidade proeminente em estabelecer agilidade na elaboração do currículo, organizado através de um grupo de trabalho, com o escopo da realização do curso em tempo hábil, a seleção dos policiais docentes ocorreu por convite e não por edital.

Lançado no início de 2019, o 2º Curso de Especialização lato sensu inovou por trazer edital de seleção para o corpo docente. Foram apresentados critérios para o encargo de tutoria, quais sejam:

O presente processo seletivo é destinado aos servidores da ativa da PCDF, de qualquer de suas carreiras, portadores de curso de nível superior, bem como que seja especialista lato sensu, ou mestre, ou doutor, com titulações reconhecidas no Brasil, e que tenham habilitação em metodologia de Aprendizado Baseado em Problemas-ABP, em curso ministrado pela/na APC-DF/ESPC-DF nos anos de 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, ou no de 2019 que está em curso (Projeto nº 10/2019-ESPC). Também será tido como habilitado em metodologia ativa de ABP aquele que comprovar ser aluno da 1ª Pós-Graduação 2018. Condiicionado, à conclusão com êxito do curso em 2019, antes do início do eventual Encargo na 2ª Pós-Graduação, na hipótese de ser aluno da 1ª Pós ou do curso de ABP de 2019. O processo seletivo visa à seleção de profissionais para o exercício dos encargos de Professor/Tutor em ABP, Professor em Planejamento e Designer do Programa de Pós-Graduação. Ao Encargo de Designer, será escolhido o mesmo profissional para os 5 (cinco) módulos, de forma a manter a harmonia estética-didática-pedagógica dos materiais didáticos produzidos. Nos Encargos de tutor/professor de planejamento, serão escolhidos profissionais para serem tutores especialistas do tema, pela sua experiência profissional, acadêmica e técnica com o assunto, e profissionais com experiência acadêmica, e/ou andragógica/pedagógica, com alguma experiência técnica e profissional no assunto do módulo, que eventualmente atuará como cotutor, dando suporte de raciocínio acadêmico-científico, e/ou andragógico-pedagógico, às dinâmicas tutoriais. (Edital de Credenciamento ESPC nº 01/2019, publicado em 15.02.2019)

O profissionalismo policial docente se estabelece onde há critérios objetivos e justos para que um policial com anos de dedicação exclusiva à atividade fim da instituição policial, aliada à uma formação qualificada, ou seja, com as competências necessárias (conhecimento, habilidades e atitudes) coadunadas às vivências e experiências estejam aptos ao processo de seleção.

A Escola Superior de Polícia Civil do DF adotando a metodologia ativa, da Aprendizagem Baseada em Problemas, focando numa ação motivacional ao policial, aliando teoria a prática, pode promover, por exemplo, a inserção dos policiais aposentados, contudo devido à instrução de pagamento não permitir a presença de aposentados, data vênua poderá ser realizada contratação direta pela Lei 8666/93, caso a instituição programe-se com antecedência para elaboração dos termos pertinentes.

Outras instituições, como a Escola de Governo/DF e a Escola Nacional de Administração Pública promovem seleções com critérios objetivos claros e obviamente

possuem restrições em cursos específicos.

4 I SELEÇÃO DE DOCENTES NO CURSO DE PROGRESSÃO FUNCIONAL

Desde a publicação da Instrução Normativa 172 pela Polícia Civil do Distrito Federal, a seleção de docentes e o pagamento foram instituídos, promovendo-se um novo patamar na profissionalização docente no âmbito da PCDF. Interessante é que há toda uma história sobre o recebimento da gratificação de encargo de curso e concurso na Polícia Civil e que se inicia com solicitação dos docentes da área operacional da polícia, denominados como instrutores de técnicas operacionais. Tais profissionais demonstrando alto grau de organização e com o intuito de melhorar o ambiente institucional apresentaram, através de um conselho de instrutores, a necessidade de elaboração de normativo no sentido de estabelecer critérios para recebimento de gratificação pelas aulas ministradas na Polícia Civil. Após estudos da ESPC foi elaborado o Edital de Credenciamento, bem como o Edital do Processo Seletivo do Curso de Progressão Funcional. Considerando esse último normativo ponderam-se alguns pontos:

1. A gratificação para o Exercício de Encargos nos Cursos promovidos cabe apenas aos servidores policiais civis na ativa, aos demais participantes cabe o processo de inexistência prevista na Lei 8666/93, demandando tempo.
2. Nos encargos de docência/tutoria, no que concerne aos requisitos necessários apresenta-se em primeiro lugar: Ser Policial Civil do Distrito Federal ou Delegado de Polícia do Distrito Federal; e outros específicos em relação a disciplina a ser exercida.

Contudo, não se vislumbra qualquer referência à questão de antiguidade (tempo de serviço na atividade policial), tampouco à formação acadêmica, que poderiam ser pontuadas aos docentes/tutores credenciados, tendo em vista que, um dos saberes docentes, envolvem os saberes da experiência. Entendem-se tais saberes a partir de perspectivas, que sejam: o acúmulo de conhecimentos e, como a intensidade e significado de vivências experimentadas por um indivíduo. Por isso no ambiente policial, por analogia, entende-se que o policial com vivência, experimentado com anos de trabalho, podem estar associados aos demais saberes, e serem mais eficientes no ensino policial. Nesse sentido, a formação de um docente policial é um processo que inclui as concepções pessoais e profissionais. O conhecimento das competências para o processo de ensino/aprendizagem, aliadas ao perfil profissiográfico dos cargos da carreira policial civil promoveriam, um arcabouço educacional com maior eficácia, segundo os preceitos educacionais modernos vigentes.

Desta forma, o edital de seleção apresentado pela ESPC não privilegia o policial que possui vivência e experiência, tampouco o conhecimento específico.

A Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública (SENASP, 2014) tem grande referência no conceito de competência

que segundo o documento é a capacidade de mobilizar saberes para agir em diferentes situações da prática profissional, em que as reflexões antes, durante e após a ação estimulem a autonomia intelectual.

Assim no âmbito da segurança pública trabalha-se com três conjuntos de competências, segundo a Matriz Curricular (SENASP,2008, p. 08):

- Cognitivas: requerem desenvolvimento do pensamento por meio da investigação e organização do conhecimento;
- Operativas: preveem a aplicação do conhecimento teórico em prática responsável, refletida e consciente e,
- Atitudinais: Visam estimular a percepção da realidade, por meio do conhecimento e do desenvolvimento das potencialidades individuais.



Figura 1 - Processo de Competências

Fonte (produzida pela autora)

Ressalte-se que a divisão referente à competência possui cunho didático, para ser um facilitador no processo de ensino e aprendizagem, sendo que a área da segurança pública possui várias inferências nos campos legais, éticos, além do didático-pedagógico. As competências cognitivas e operativas podem ser objetivamente definidas na Segurança Pública em suas ações formativas. No entanto, as competências atitudinais relacionadas a temas como moral e ética precisam ser inseridas nas ações de formação, tendo em vista que as forças policiais apresentam características que as distinguem: estrutura, emprego da força, reputação, poder e composição social e que se relacionam diretamente na formação policial, como balizadores do que seja correto e adequado nas atividades desempenhadas pelo policial.

Pois bem, a partir dos conceitos apresentados entende-se como a colação das competências pode influenciar os currículos e quiçá a seleção dos docentes, que na Escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal também são escolhidos por sorteio, nos curso de progressão funcional e alguns dos cursos de formação continuada. Como entender um tutor/docente com apenas 03(três) anos de atividade policial, isso se estiver na atividade fim, exercer a atividade de ministrar aulas a policiais que necessitam acima de tudo, de pessoas com expertise acadêmica e vivencial?

Segundo pesquisa coordenada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, consubstanciada no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências – Perfil dos cargos das instituições estaduais de segurança pública (SENASP, 2012), são indicadas pelos agentes de polícia civil as suas atividades, segundo grau de importância:

“As três consideradas mais difíceis, dificuldade média a alta, foram “Comparecer e preservar o local de crime”; “Escortar presos” e “Participar de reconstituições de crimes”. Tais tarefas foram classificadas como de média a alta importância, porém não são realizadas frequentemente. Quanto à importância, os participantes apontaram como mais relevantes “Participar de cursos de capacitação e especialização”, “Zelar pelos bens, equipamentos e instalações”. Outras sete tarefas alcançaram a segunda maior média em termos de importância, destacando-se aqui as três consideradas, além de muito importantes, as mais difíceis: “Comparecer e preservar o local de crime”; “Realizar Campanas” e “Entrevistar partes envolvidas, bem como presos”. Destaca-se que essas três tarefas fazem parte de uma tarefa maior que consiste na investigação. Em termos de frequência, destacam-se como tarefas mais executadas: “Zelar pelos bens, equipamentos e instalações”; “Cumprir ordens de serviço/missão” e “Dirigir viaturas”. (Perfil Profissiográfico SENASP, 2012)

Desta forma, na concepção de instituição de ensino superior, não se separa conhecimento acadêmico das experiências e vivências do tutor na elaboração de currículos de formação inicial e continuada. Principalmente, diante das concepções atuais, que demandam continuamente a buscar por uma devida qualificação profissional, produzindo como efeito cascata, a melhoria da imagem institucional. Em outras palavras, conhecer sua profissão e exercê-la com maestria deve ser um dos requisitos para atuação como tutor em cursos de formação policial.

5 | METODOLOGIA

Esse trabalho adotou como metodologia de pesquisa a revisão bibliográfica que revela explicitamente o universo de contribuições científicas de autores sobre um tema específico. (SANTOS e CANDELORO, 2006, p. 43).

Lakatos (2007 p. 185) conceitua pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias, aquela que abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema em estudo, sendo sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo que foi escrito,

dito ou filmado. Igualmente, a construção do conhecimento com base bibliográfica, segundo Manzo (1971, p 32 apud Lakatos 2007, p 185) oferece meios para definir e resolver, não somente problemas já conhecidos como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente.

Escolheu-se a metodologia de revisão bibliográfica com o escopo de promover uma visão geral e atual sobre um tema, no caso profissionalismo policial no tocante a treinamento qualificado por policial docente.

O eixo de análise referente à profissionalização do policial docente teve como fonte de pesquisa a de natureza bibliográfica, ou de fontes secundárias como os artigos científicos que apresentaram e forneceram conceito sobre o tema em tela. Nesse diapasão, a pesquisa esbarra em enormes problemas, tendo em vista que não há em abundância material sobre o tema que normalmente não é disponibilizado em bibliotecas. Como resultado da pequena produção no tocante ao tema profissionalismo, verificou-se baixa produção acadêmica, o que reflete a necessidade de elaboração de documentos, textos, artigos referente ao tema.

Ademais, além dos artigos científicos foram pesquisados documentos oficiais como as instruções normativas e editais de seleção da Polícia Civil do Distrito Federal, propiciando o exame do tema com maior amplitude, conseguindo desta forma, conclusões inovadoras.

6 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Constatou-se que os documentos oficiais (edital de seleção, instruções normativas) aliados à concepção para o estabelecimento de uma docência qualificada e profissional além dos pontos apresentados e sob a perspectiva da adoção da Metodologia Ativa de Ensino em ABP (aprendizagem baseada em problemas) pela ESPC, indicam que a participação de policiais com maior vivência e experiência, poderá promover melhorias na implantação de novas metodologias de ensino na formação policial, ressalte-se que tal situação por si só não torna o ensino eficiente, mas pode aproximar teoria e prática policial.

A Escola Superior de Polícia Civil tem a necessidade proeminente uma Política Pedagógica Institucional aliada a projetos pedagógicos de curso coerentes com a metodologia a ser adotada. Destaca-se ainda que, não há na ESPC um Projeto Pedagógico Institucional – PPI, documento filosófico, teórico-metodológico que define as políticas para a organização administrativa e pedagógica da instituição, norteando suas ações, sua missão e seus objetivos. A ausência deste documento do ponto de vista de gestão educacional é preocupante tendo em vista que os currículos de formação necessitam de um pilar institucional para sua construção e também para sua reformulação, quando necessário.

O pagamento das horas-aula conjuntamente ao oferecimento continuado de formação adequada academicamente aos policiais docentes é algo a ser mantido como uma política educacional perene a ser seguida constantemente pelos gestores da instituição. Sugere-se que o responsável pela Escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal, tenha além de

formação jurídica, a formação educacional e em gestão pública para uma condução com governança e responsabilidade gerencial.

Ademais, as questões apresentadas, em relação à instituição de ensino da ESPC do DF, apontam uma nova realidade na área de formação em Segurança Pública, demandando por mudanças. Mas quais seriam as novas perspectivas, visto que os currículos disciplinares das instituições de ensino policial não são totalmente conhecidos? Urge a necessidade em se promover um estudo amplo sobre a educação profissional dos operadores de Segurança Pública, para melhor constatação da eficiência na atividade policial, pois policiais bem treinados e com estrutura adequada, melhoram a percepção da sensação de segurança da sociedade.

O tema não foi totalmente exaurido, mas certamente com o material poderá ter início uma discussão teórica ser ou não aceita institucionalmente. Espera-se produzir, mesmo que em pequenas doses uma mudança de postura com vistas à busca da melhoria da Segurança Pública, que além de um planejamento estratégico, necessita de quebra de paradigmas.

Busca-se a elaboração de um saber policial investigativo, com conhecimento científico, aliando teoria com a prática, data vênica com os procedimentos reconhecidamente válidos, ou seja, legitimados por meio de construção racional. Desta forma, a qualificação adequada dos policiais docentes, produziria uma ciência policial com seu próprio saber e sempre em constante evolução.

REFERÊNCIAS

BAYLEY, D. H.. (2006). **Padrões de Policiamento: Uma Análise Internacional Comparativa**. (R. A. Belmonte, Trad.). São Paulo: EDUSP, 2006.

BRASIL, Polícia Civil do Distrito Federal. **Edital de Credenciamento nº 01/2019-ESPC** publicado em 15.02.2019

BRASIL, Polícia Civil do Distrito Federal. **Edital nº 02/2018-ESPC** de 13.11.2018.

BRASIL, Polícia Civil do Distrito Federal. **Instrução Normativa nº 172/2016** publicado em Boletim de Serviço em 01.03.2016.

BRASIL. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior**. Disponível em <http://emec.mec.gov.br/>. Data do acesso 10 abr. 2019.

BRASIL. Polícia Civil do Distrito Federal. **Edital de Credenciamento nº 01/2016** publicado em 09.11.2016

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**, 2008.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências – perfil dos cargos das instituições estaduais de segurança pública**, Brasília. 2012.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública**. Brasília, 2014.

DELUIZ, N. **O modelo das competências profissionais no mundo do trabalho e na educação: implicações para o currículo**. Rio de Janeiro: Ed. Shape, 1995.

LAKATOS, E M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6º edição. São Paulo: Atlas 2007.

LIBÂNEO, J C. **Didática**. São Paulo. Editora Cortez. 2011

LOPES, A C. **Políticas de Integração Curricular**. Rio de Janeiro. Editora da UERJ. 2008

MOREIRA, A. F. B., et al. **Currículo: políticas e práticas**. São Paulo: Papyrus, 2000

PENAFORTE, S. **A gestão para a inclusão: uma pesquisa-ação colaborativa no meio escolar**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2009.

PIMENTA, S G. **Saberes Pedagógicos e atividade docente**. 2ª edição. São Paulo. Editora Cortez. 2000

PONCIONI, P. **O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do estado do Rio de Janeiro**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 20, n. 03, p. 585-610, set/dez 2005.

PONCIONI, P. **Tendências e desafios na formação policial no Brasil**. Sociedade e Estado, Brasília, Ano 1, Edição 1, 2007

SANTOS, C J dos. **Aspectos sobre os saberes policiais investigativos: a superação de alguns desafios**. Revista Brasileira de Segurança Pública. São Paulo v 9, n I, 50-61, fev/mar 2015.

SANTOS, V. D.; CANDELORO, R. J. **Trabalhos Acadêmicos: Uma orientação para a pesquisa e normas técnicas**. Porto Alegre/RS: AGE Ltda, 2006. 149 p.

TARDIF, M. **Saberes Docentes e Formação Profissional**, 15, ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Accountability 43, 44, 46, 54, 55

Activismo 1, 2, 7, 8, 12

Assembleias 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53

B

Bolsonaro 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72

Brasil 19, 21, 26, 27, 33, 36, 47, 49, 54, 66

C

Ciudadano 31, 37

Cognitivismo 73, 74, 75, 76, 78

Comportamento 44, 45, 55, 75, 76, 77, 78, 79

Comunicação 44, 46, 47, 54, 55, 56, 69, 71, 74, 76, 81

Conhecimento 15, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 45, 54, 65, 73, 74, 80

Convenções 75, 78

Curso 15, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 55, 69

D

Desarrollo 4, 6, 7, 8, 9, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42

Docência 14, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 25

Docente 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 27

E

Ensino 14, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26

ESPC 14, 15, 16, 19, 20, 21, 22, 25, 26

Estados 30, 35, 42, 43, 44, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 74, 75, 77, 78, 79

Estructuras organizativas 1, 4

F

Feminismo 3

G

Gobierno abierto 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42

Grupo 2, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 21, 41, 79

H

Horizontalidade 5, 7, 11

I

Inclusión 5, 8

Interesses 74, 75, 77, 78, 79

J

Jerarquia 5, 11

L

Legislativo 46, 47, 55

Leis 48, 53

M

México 28, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 81

Movimiento feminista 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12

N

Neoliberalismo 73, 74, 75, 78

Normas 5, 7, 18, 27, 38, 45, 55, 74, 75, 76, 77, 79

P

Participación 2, 12, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39

PCDF 14, 15, 16, 20, 21, 22

Poder 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 20, 23, 31, 36, 38, 43, 44, 46, 47, 73, 74, 76, 77, 78, 79

Polícia 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27

Policial 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27

Política pública 28, 29, 30, 32, 35, 39

Prática 14, 16, 17, 18, 21, 23, 25, 26

Princípios 20, 29, 44, 75, 76, 77

Produção Legislativa 43, 44, 45, 47

Professor 17, 21, 81

Profissionalização 14, 16, 18, 19, 22, 25

R

Realismo 73, 74, 75, 78

Regimes internacionais 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79
Regras 20, 45, 47, 53, 74, 75, 76, 77, 78, 79
Relaciones de poder 2, 4, 7, 8, 9, 12
Relações internacionais 73, 74, 77, 78, 79, 81
Rendición de cuentas 28, 31, 32, 33, 37, 38, 39, 40
Revista Veja 56, 72

S

Saberes 14, 17, 18, 22, 23, 27
Segurança Pública 15, 16, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 81
Semiótica 56, 57, 58, 70, 71
Sociossemiótica 56, 57

T

Teoria 17, 18, 21, 25, 26, 55, 74, 76, 78, 79
Tramitação 43, 44, 47, 48, 50, 51, 52, 53
Transparência 5, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 50, 52, 53, 54, 68

V

Valorização 14, 16, 18

CIÊNCIA POLÍTICA:

PERSPECTIVAS TEMÁTICAS

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021

CIÊNCIA POLÍTICA:

PERSPECTIVAS TEMÁTICAS

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021